

ITINERÂNCIA JUVENIL RUMO A UM MERCADO DE TRABALHO SOB INTENSA REESTRUTURAÇÃO

Ferdinando Santos de Melo¹

RESUMO: *O presente artigo tem como propósito apresentar uma discussão acerca da itinerância juvenil rumo ao mercado de trabalho, levando em consideração os rebatimentos da reestruturação na vida destes jovens. Parte da prerrogativa de que a partir da adoção dos princípios neoliberais ocorre um aumento do desemprego no Brasil, que atinge concretamente os jovens. Nessa perspectiva, enfatiza um ligeiro debate sobre educação e trabalho como elementos centrais da transição para a vida adulta, além de tecer considerações sobre empreendedorismo/empregabilidade como construções ideológicas que tem orientado políticas de geração de emprego e renda voltadas para a juventude, estimulando dessa forma a informalidade, a precarização do trabalho e responsabilização do sujeito pelo seu êxito ou fracasso ocupacional. Contempla-se ainda o debate sobre as transformações engendradas na sociedade capitalista nas últimas décadas, tendo como aportes teóricos Antunes, Pochamm, Castel, dentre outros.*

PALAVRAS-CHAVE: Juventude; Trabalho; Reestruturação produtiva.

1- INTRODUÇÃO

Para entender os dilemas e impasses que a sociedade vivencia hoje, é necessário entender os complexos processos que surgiram no transcurso da história da humanidade, nos aspectos socioeconômico, ideológico, ético, político, educacional e, sobretudo, nos processos formativos rumo ao mundo do trabalho.

Inúmeros acontecimentos marcaram a formação histórica da sociedade brasileira, porém as crises do capitalismo² também deixaram marcas profundas em todas as nações, principalmente naquelas situadas na periferia do capital. [...] Logo, foi a partir dos anos 70³, do século XX, que a chamada *Era do Ouro*, característica do período posterior à II Guerra Mundial entrava em crise (HOBSBAWM, 1995:253). Verifica-se nos países centrais um cenário de retração do crescimento, queda dos investimentos no setor produtivo, aceleração generalizada dos preços e endividamento estatal⁴, com reflexos tanto na agudização da crise e falência do modelo fordista de acumulação capitalista quanto a crise do Estado de bem-estar social, o *Welfare State*.

De acordo com Andriolli (2000), a partir da década de 70, o capitalismo sofreu um enorme desgaste e, com a incorporação de tecnologia, aumentando a crise de superação, houve uma gradativa redução na taxa de lucros e no crescimento econômico. Como solução do

¹ - Pedagogo, Psicopedagogo, Especialista em Didática do Ensino Superior, Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe e Mestrando em Políticas Sociais e Cidadania pela Universidade Católica do Salvador; e-mail: ferdinandomelo@hotmail.com - Autor

² - Quebra da Bolsa de Valores de New York, em 1929; crise do petróleo na década de 1970; demais recessões domésticas com reflexos em escala global, etc.

³ - Para Filgueiras (1997), no início dos anos 70, após um período de mais de 25 anos de crescimento, iniciou-se uma profunda crise nas economias dos países capitalistas centrais. Era o esgotamento de um padrão de desenvolvimento capitalista, que surgiu na indústria automobilística os EUA e se expandiu no pós-guerra, para a Europa, a saber: o fordismo.

⁴ - Índices da dívida externa e interna.

problema, foram disseminadas as idéias, principalmente de Friedrich Hayek e Milton Friedman, reforçando a idéia de competitividade no livre mercado e retirada da influência do Estado sobre a economia.

Nesta perspectiva, Friedman (1987), influenciado pelas idéias de Adam Smith, defende que a função do Estado seria a de preservar a liberdade, preservar as leis e a ordem, ratificar os contratos privados e promover mercados competitivos. Esta liberdade, como parte constitutiva da retórica neoliberal está centrada em dois pilares: a *igualdade de oportunidades* e a *igualdade de resultados*. A primeira prega que todos os indivíduos têm a mesma oportunidade para atingir objetivos, na proporção dos seus talentos; a segunda preconiza que, para que todos possam estar em condições mais igualitárias de vida, seria necessário algum tipo de intervenção do Estado.

Na verdade, os tecnocratas neoliberais sustentam cabalmente a liberdade pela ótica da igualdade de oportunidades e não visualizam o capital como alargador das desigualdades sociais. Dessa forma, Friedman (1987) afirma que é uma ilusão pensar que o rico explora o pobre, posto que:

Em todos os casos em que se permitiu que funcionasse o mercado livre, em todos os casos em que existiu algo parecido com a igualdade de oportunidades, conseguiu atingir níveis de vida jamais sonhados. Em parte alguma é a brecha entre rico e pobre mais profunda, em parte alguma os ricos são mais ricos e os pobres mais pobres, do que nas sociedades que proíbem a operação do mercado livre. (FRIEDMAN, 1987:50)

Conforme aponta Antunes (2002), verifica-se na década de 1970 uma crise sem precedentes na história do capitalismo mundial. Segundo o autor, a crise do paradigma fordista/keynesianista é uma expressão fenomênica da crise estrutural do capital, decorrente da superprodução, que não vem acompanhada de consumo correspondente à capacidade produtiva.

Como resposta à sua própria crise, inicia-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal; a isso se segue também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores. (ANTUNES, 2002: 31).

A adoção hegemônica de um novo paradigma produtivo, baseado na acumulação flexível e na reestruturação produtiva, que propõe uma flexibilização tanto das relações de produção quanto das relações trabalhistas, aliada ao neoliberalismo como elemento norteador das ações do Estado, seja no âmbito econômico, político ou social, leva ao surgimento de novas necessidades mercadológicas quanto à qualificação da força de trabalho.

Assim, a precariedade age diretamente sobre aqueles que ela afeta e indiretamente sobre todos os outros, pela temerosidade que ela evoca e que é minuciosamente engendrado pelas estratégias de precarização/flexibilidade. [...] Começa-se assim a suspeitar que a precariedade é o produto de uma *vontade política* e não uma *fatalidade econômica*, identificada com a famosa mundialização.(BOURDIEU, 1998:123)

Ademais, o neoliberalismo, a reestruturação produtiva e a globalização, embora se apresentem como fenômenos distintos, estão intrinsecamente arraigados na dinâmica de transformações pelas quais vem passando o capitalismo na contemporaneidade. A síntese desses

fenômenos se expressa no ideal de acumulação flexível, ou seja, o capital, em sua busca desenfreada pela valorização, deve estar livre de adversidades e restrições de qualquer ordem.

Dentro dessa ótica, a partir dos anos 80, a busca por modificações estruturais para acelerar o crescimento econômico alocou confiança às forças do mercado, criticando a rigidez do planejamento estatal e as intervenções no mercado de trabalho. Na verdade, o sistema de relações de trabalho passou a ser visto como o principal responsável pela crise de desenvolvimento, principalmente pela escassez de postos de trabalho. (BOYER, 1986; POCHMANN, 2001)

Como consequência, a defesa da flexibilização passou a ser corrente, expressando-se em cinco grandes eixos de acordo com o relatório “Impactos das experiências internacionais da reforma trabalhista”, organizado pela Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura Municipal de São Paulo, a saber: **a flexibilização contratual**, preconiza a maior mobilidade dos trabalhadores através da diversificação do emprego da mão de obra; **flexibilização da demissão**, concede ao empregador maior autonomia e liberdade para romper com o contrato de trabalho; **flexibilização na organização do trabalho**, estimula a substituição do modelo de organização típica do processo taylorista/fordista por métodos mais modernos de uso e remuneração da força de trabalho; **flexibilização do tempo de trabalho**, aloca as horas de trabalho às condicionantes das demandas das atividades econômicas; e por fim, **a flexibilização salarial**, o custo do trabalho passa agora a seguir as instabilidades do faturamento, o que impacta fortemente as negociações, com fortes retrações salariais nos períodos de crise econômica.

Logo, o novo perfil exigido ao trabalhador traz intrinsecamente como qualidade ou atributo essencial a “atitude empreendedora”, tendo implicações explícitas também sobre a formação dos jovens na atualidade. A saída ou solução para os trabalhadores expulsos do mercado de trabalho, para os jovens trabalhadores, pode muito bem ser a criação de um negócio próprio, a busca pelo auto-emprego, o trabalho por conta própria, as cooperativas, os pequenos negócios familiares, as micro e as pequenas empresas, dado que no contexto atual a inserção no trabalho passou a ser fundamentalmente uma responsabilidade individual. Além disso, torna-se necessário preparar esse jovem desde cedo para a mudança e não para a estabilidade, cultivando através da formação profissional a atitude empreendedora. (ALENCAR, 2005)

2- TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA, DESEMPREGO E MERCADO DE TRABALHO FLEXÍVEL

Segundo a Organização Internacional do Trabalho, o desemprego entre os jovens na faixa etária de 15 a 24 anos sofreu uma considerável elevação no último decênio⁵, alcançando 88 milhões de pessoas em todo o globo. Neste sentido, estes jovens representam 47% do total mundial de desempregados, mesmo que equivalham a apenas 25% do conjunto da população trabalhadora⁶.

⁵ - (1993-2003)

⁶ - Identificada como economicamente ativa e, portanto, em situação de atividade, ou desocupada procurando trabalho em todo o planeta. (Para maior aprofundamento ver BRANCO, Pedro Paulo Martoni. Juventude e trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas. In: Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. 129-174.)

No entendimento de Guimarães (2006), a primeira grande convergência intelectual a respeito da relação juventude e trabalho está voltada para o reconhecimento que diz respeito a um elo socialmente construído, onde se utiliza de Claude Dubar para refletir sobre o caso francês:

O “dever de inserir-se” na tentativa de encontrar um trabalho, uma vez finda a escola ou a universidade, não é de modo algum um dado natural que tenha existido. Ao contrário, é uma exigência relativamente recente, na França como alhures. Mesmo a palavra inserção (tanto quanto transição empregada em outras realidades) é utilizada nesse sentido há pouco tempo, o mesmo acontecendo com a questão da inserção dos jovens que se tornou um “problema social” e um objeto de políticas públicas, na França, há mais que um quarto de século aproximadamente. (DUBAR *apud* GUIMARÃES, 2006:174)

Neste novo cenário de precarização de vínculos e de crescimento do desemprego de longa duração, os jovens passam a travar uma relação específica com o mercado de trabalho. Em que pese a transitoriedade e a incerteza dos contratos, que fez do desemprego juvenil o principal componente do contemporâneo fenômeno do desemprego em massa. Assim, de acordo com Castel (1999), os jovens estariam reagindo antecipando uma mutação cultural, que estaria, para o conjunto da sociedade, apenas prenunciada enquanto horizonte, pois antecipando o fim da centralidade do trabalho, assumiram a condição de “exilados do trabalho”, antes mesmo que essa mutação se impusesse de modo socialmente amplo.

No tocante ao processo de transição para a vida adulta⁷, Camarano (2006) pontua que essa trajetória é composta pela saída da escola, ingresso no mercado de trabalho, saída da casa dos pais, formação de um novo domicílio pelo casamento e nascimento do primeiro filho. Todavia, a observância dessa cronologia⁸, que na sociedade do pós-guerra correspondia respondia a uma dada dinâmica, propiciada pelo crescimento econômico e nível de emprego, agora, foi colocada à prova em função das transformações no mundo do trabalho, dos arranjos familiares e da nupcialidade. Logo, pesquisas recentes sobre transição para a vida adulta têm evidenciado que as experiências de vida e as expectativas das atuais gerações são mais complexas e menos previsíveis que as antecessoras, denotando que modelos seqüenciais de transição apresentam-se cada vez mais inadequados para o arcabouço de mudanças sociais e econômicas das últimas décadas.

A literatura corrente⁹ também menciona um possível prolongamento da juventude, posto que tem observado um aumento do tempo passado na escola, adversidades quanto à inserção no mercado de trabalho e alterações nos arranjos familiares.

As principais discussões que balizam a transição para a vida adulta têm um dos seus pilares nos processos que transcorrem no âmbito do trabalho. Não só em razão da inserção no mercado de trabalho se constituir numa das etapas dessa transição, mas, sobretudo, porque ela possibilita que outras dimensões da passagem da adolescência para a vida adulta se efetivem.

⁷ - Por seu turno, a transição para a vida adulta não é considerada apenas como a passagem da escola para o trabalho, mas como um processo que envolve a formação escolar, a inserção profissional e familiar, articulando um sistema de dispositivos institucionais e processos biográficos de socialização que interferem na vida das pessoas desde a puberdade e conduzem à aquisição de posições sociais. (CAMARANO, 2004).

⁸ - Segundo Camarano (2006), a idéia de prolongamento pressupõe assumir uma seqüência linear de eventos, em que qualquer alteração pode implicar mudanças no calendário do processo como um todo, o que nem sempre é verdade. Tanto é que, o aumento da escolaridade pode ocorrer simultaneamente ao ingresso no mercado de trabalho sem que isso implique adiamento da transição.

⁹ - Ver, dentre outros Camarano (2004, 2006) e Wyn e Dwyer (1999)

Com efeito, os resultados do trabalho impulsionam a construção da autonomia perante o núcleo familiar embrionário, proporcionando, em grande medida a idealização e montagem de um domicílio particular rumo a independência material, demandada para a constituição de uma nova família

Ao explorar o fenômeno da flexibilidade, como elemento de contribuição da precarização das relações de trabalho Mészáros (2006) cita o caso japonês como exemplo clássico de selvageria¹⁰, não só porque expulsa cada vez mais pessoas do processo de trabalho, como também porque prolonga o tempo de trabalho, sem mencionar os reflexos da desterritorialização, para além das fronteiras nacionais. Assim,

[...] o governo do Japão introduziu recentemente um projeto de lei para elevar os limites da jornada de trabalho diária de 9 para 10 horas, e a semana de 48 para 52 horas. Tal cláusula permitirá que uma empresa obrigue os empregados a trabalhar mais horas quando houver mais atividades, desde que o total de horas trabalhadas não exceda o limite fixado. (Japan Press Weekly, 2005 *apud* Mészáros, 2006:35)

No cenário brasileiro, os processos de metamorfose da esfera produtiva e de reordenamento científico e tecnológico dos modelos de gestão da esfera estatal, nos diversos setores da economia, seja primário, secundário ou terciário, se fazem mais visíveis a partir da década de 80 e se intensificaram nas décadas posteriores, trazendo como resultados uma diminuição no número de postos de trabalho e a proliferação do desemprego entre todos os segmentos sociais e geracionais. Dados do IPEA (2006), revelam que no início da década de 1990, a taxa de desemprego apresenta um ligeira diminuição, todavia, a partir de 1996, o que se verifica é a ascensão gradativa da taxa de desocupação, momento em que aparece na literatura corrente a expressão “desemprego estrutural”. Tal expressão tem vínculos com as mudanças na estrutura produtiva ditadas pela nova ordem econômica internacional que o Brasil se inseria, no contexto do processo de abertura econômica.

O outro lado da moeda quanto ao debate e às práticas de flexibilização, é que se tornaram cada vez mais unânimes as análises que apontam para uma redução significativa do emprego formal e sua expansão na esfera da informalidade. A participação dos empregados formais cai de 53%, em 1991, para 45%, em 2000. Em contrapartida, o grau de informalidade que era de 36,6% em 1986, aumentou para 37,6%, em 1990, e para 50,8%, em 2000. Embora deva ser considerada a heterogeneidade das situações que consubstanciam o trabalho informal, o fato é que sua expansão tem se dado num contexto de forte desestruturação do mercado formal, com crescimento significativo dos trabalhadores sem carteira assinada, portanto à margem dos direitos assegurados na legislação e fora de qualquer relação com os sindicatos, único meio de representação institucional. (COSTA, 2005). Quanto à população jovem, em 2000¹¹, enquanto 28,3% da população brasileira estavam na faixa de 15 a 29 anos, aí se encontravam 58,1% dos desempregados brasileiros e 40,9% da população que ganhava menos de um salário.

É necessário frisar, que a totalidade dos indicadores disponíveis tem denotado uma marcante pressão dos jovens na busca de ocupação, o que para uma dada linha de reflexão evidencia que, se eles estivessem apenas se dedicando às atividades de escolarização e aprendizagem profissional, as taxas de desemprego diminuiriam consideravelmente, dado que seu ingresso no mundo do trabalho seria adiado. Dentro desta lógica, estariam adquirindo os

¹⁰ - A China, apresenta-se um dos maiores exemplos de exploração da força de trabalho em escala global.

¹¹ - Dados do Censo 2000.

requisitos indispensáveis para o enfrentamento dos desafios e obstáculos colocados num cenário cada vez mais excludente e competitivo.

Porém, de acordo com Branco (2005), uma orientação neste sentido contrastaria fortemente com vários determinantes da realidade, que vêm transformando, para muitos jovens, a busca por ocupação numa opção imperiosa. Seja porque uma enorme quantidade, a maioria a rigor das famílias, em face das estratégias de alijamento da pobreza, seja por que, mesmo naqueles casos em que a procura por trabalho não estivesse subordinada a necessidades extremas de obtenção de renda, ainda assim, por razões de afirmação de sua própria autonomia, os jovens continuariam se mostrando bastante empenhados em conquistar espaços no mercado de trabalho, e sempre que possível, tentariam conciliar tais novas responsabilidades com outras práticas dedicadas ao estudo e à aprendizagem profissionalizante, bem como à atividades ligadas à cultura, ao esporte, etc., além das práticas de participação social cujo desabrochar e engajamento ocorrem justamente nesta etapa da vida.

Para a juventude brasileira, as alternativas de integração no tecido social por meio da inserção na esfera do trabalho formal e assalariado com direitos e benefícios sociais se encolheu. É possível verificar que vem ocorrendo formas precárias de incorporação dos jovens no mercado de trabalho, pois em sociedades como a brasileira, onde não políticas públicas efetivadas encabeçadas pelo Estado e nem há a cultura de uma rede societária de suporte e proteção aos segmentos juvenis, o desemprego para esta geração, supera em muito, o desemprego total da população. Nas palavras de Mesquita (2006), se em décadas passadas, o trabalho significava para os jovens possibilidades de emancipação, integração e mobilidade social, em décadas recentes, a juventude se depara com um mercado de trabalho restrito e desfavorável e pouco podem contar com o Estado, no sentido de ampliar e assegurar as oportunidades de inserção em empregos formais.

Além do mais, em nosso país, desde o início dos anos 1990, vive-se um processo de constituição, aprofundamento, consolidação e ajuste de um modelo econômico, de cunho liberal-periférico, que começou a se esboçar a partir do governo Collor (1990-1992) e delineou-se no governo Lula (2003-2006), com um emaranhado de reformas que conformaram esse novo modelo econômico implicando profundas transformações em pelo menos quatro dimensões inter-relacionadas, a saber:

[...] As relações capital/trabalho sofreram uma inflexão radical que, ao mudar a correlação de forças a favor do primeiro, implicou a desestruturação do mercado de trabalho e um processo generalizado de precarização, cuja face mais visível é o desemprego aberto estrutural, o aumento da informalidade e o enfraquecimento dos sindicatos. [...] A relação entre as distintas frações do capital foi reconfigurada, com o capital industrial perdendo a sua condição de hegemonia política e de líder do processo de desenvolvimento e da dinâmica macroeconômica. Em seu lugar assumiu o capital financeiro – nacional e internacional – e uma fração do capital industrial que se financeirizou organicamente [...] A inserção internacional, feita de forma passiva, a partir da abertura comercial e financeira da economia. [...] A estrutura e o funcionamento do estado se redefiniram, através da privatização de suas empresas e de várias reformas de caráter liberal. (DRUCK; FILGUEIRAS, 2007-27)

Diante desta realidade, Castel (1999), ao realizar uma avaliação da questão social na contemporaneidade, enfatiza três situações. Primeiramente, o autor se refere à *desestabilização dos estáveis*, que se constitui na expulsão dos trabalhadores – que em momentos históricos anteriores se encontravam numa posição estável na divisão do trabalho – das linhas produtivas.

Em segundo lugar, a *instalação da precariedade*, cujos reflexos atingem fortemente os jovens, que passam a vivenciar períodos de atividade, de desemprego, de trabalho temporário e de auxílio social. Por último, destaca a *redescoberta dos sobrantes*, daqueles marginalizados na sociedade, bem como os que não são integrados ou não tenham condições para tal. Segundo Castel (1999), esses foram os indivíduos invalidados, nas duas últimas décadas, pela nova dinâmica econômica e social.

Associa-se a esta dinâmica uma mudança radical nas relações estabelecidas entre Estado e sociedade civil, sintetizada na “Reforma do Estado” e em consonância com as orientações das políticas de ajustes alocadas pelos organismos internacionais às economias periféricas. Nesta direção,

[...] um dos reflexos decorrentes dessas políticas de concentração de concentração de capital, renda e poder tem sido a agudização das múltiplas expressões da questão social, que se expressa principalmente, no desemprego e no subemprego. Deste modo, constatamos uma precarização das condições de vida de grande parcela da população, que se agrava com a retração do Estado em suas responsabilidades sociais. (IAMAMOTO, 2003-25)

Dessa forma, a crescente dificuldade de inserção ocupacional juvenil, encontra respostas na desestruturação do mercado de trabalho brasileiro, ou seja, no aprofundamento da situação de desemprego, do aumento do percentual de trabalhadores sem vínculo empregatício institucional e dos alarmantes níveis de informalidade, isto sem considerar, a problemática maior para jovens com atributos pessoais específicos, onde o acesso a melhores oportunidades de emprego encontra várias barreiras, em razão da falta de experiência profissional, idade, cor, raça, sexo, condição socioeconômica da família, bem como a localidade do domicílio.

Tomando a relação empreendedorismo/empregabilidade como construções ideológicas que ganham maior força a partir da década de 1990, com o advento do neoliberalismo como orientação política para a intervenção do Estado, a preocupação incide sobre a absorção desse binômio para a orientação da relação entre trabalho e educação. Porém estas construções ideológicas não garantem a diminuição da taxa de desemprego entre os jovens, mas, ao contrário, levam à maior inserção destes no campo do trabalho precário, da informalidade.

[...] a questão da empregabilidade introduz uma relação enganosa entre educação e mercado de trabalho. Congruente com os princípios da TCH [Teoria do Capital Humano], ocorre o esforço em fazer da educação, seja ela geral ou específica, fator determinante não apenas da renda mas agora, no caso particular da empregabilidade, de oportunidades de trabalho remunerado. Nessa associação linear e imediata, ideologicamente ocultam-se as causas estruturais da redução da oferta de empregos nos diversos setores e segmentos da economia, trasladando-se o problema para a esfera subjetiva da Competência do trabalhador” (SOUZA, 1999: 69).

Assim, as políticas de enfrentamento ao desemprego têm sido construídas no sentido de qualificar o trabalhador para que este se torne um “pequeno empreendedor”, ou que este acumule saberes e conhecimento diversos, que podem ser acessados caso venha a se inserir novamente no mercado de trabalho. Isto se aplica também às políticas voltadas para a juventude, que estão cada vez mais voltadas para a capacitação, para abertura de empreendimentos, cooperativas, fornecimento de micro-crédito, em detrimento do estímulo à criação de novas vagas e absorção da mão-de-obra jovem pelo mercado formal de trabalho.

A educação como uma das formas de socialização do saber e do conhecimento, construídos social e coletivamente, está historicamente submetida às características do modo de

produção capitalista, reproduzindo tanto tais características, como também a fragmentação, a especialização e a separação entre as classes, conforme aponta Kuenzer:

Se a divisão social e técnica do trabalho é condição indispensável para a constituição do modo capitalista de produção, à medida em que, rompendo com a unidade entre teoria e prática, prepara diferentemente os homens para que atuem em posições hierárquica e tecnicamente diferenciadas no sistema produtivo, deve-se admitir como decorrência natural deste princípio a constituição de sistemas de educação marcados pela dualidade estrutural. (2001:12).

Assim, tem-se uma educação dual, ou seja, com características diferenciadas de acordo com a classe social. Para a classe trabalhadora, “formação profissional”, voltada para a atuação desta no sistema produtivo, focalizando as funções técnicas mais baixas na hierarquia ocupacional. Para a classe burguesa, “educação”, como formação intelectual e científica. Tal separação expressa e reproduz a fragmentação do trabalho intelectual e manual, própria do modo de produção capitalista.

Segundo Souza (1999), a partir da década de 1960, a Teoria do Capital Humano¹² passa a orientar a concepção de educação no Brasil, entendendo que esta deveria estar de acordo com os planejamentos econômicos globais, tendo como objetivo o “desenvolvimento do capitalismo no país e sua inserção nas economias centrais”. Conforme Almeida & Pereira (2000), a educação é entendida como investimento em capital humano, sendo o seu investimento primordial para a obtenção de resultados futuros. Quanto maior o grau de instrução de uma pessoa, maior a sua produtividade e maior a sua renda.¹³

Trata-se, na verdade, de uma construção ideológica, que vem atender às necessidades do modo de produção capitalista na sua conjuntura histórica, com vistas a entender a educação como possível saída para os problemas sociais, inclusive o desemprego, proporcionando não só o desenvolvimento pessoal, mas o desenvolvimento econômico do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção do jovem no mundo trabalho, tem se caracterizado como um evento que demanda um campo de preocupação especial para organismos governamentais. Este, encontra maiores desdobramentos, na medida em que se trata de uma mão-de-obra, na maioria das vezes, sem as condições de qualificação e informação exigidas pelo mercado. Fica portanto a juventude, em decorrência de uma necessidade pessoal ou familiar, exposta a muitas formas de exploração, as quais são traduzidas por remunerações menos significativas e a turnos de trabalhos mais extensivos e árduos.

¹² - O pressuposto central dessa teoria é o de que capital humano é sempre algo produzido, isto é, algo que é produto de decisões deliberadas de investimento em educação ou em treinamento. Em todas as economias modernas, o grau de educação possuído por um indivíduo relaciona-se positivamente com os rendimentos pessoais (Almeida e Pereira, 2000)

¹³ - Uma das críticas feitas pela tradição marxista a essa teoria está associada à falta de referência às classes sociais, tratando tal problemática como individual, conforme Almeida e Pereira (2000). Segundo estes autores, a análise marxista da teoria do capital humano aponta que este se restringe a preferências e habilidades individuais, associadas a alternativas de produção tecnológica para a compreensão do movimento do mercado de trabalho, perdendo de vista a relação entre as classes sociais.

A questão do trabalho juvenil alcança complexidade na proporção em que envolve fatores socioeconômicos, individuais e familiares, sendo que políticas de regulação do trabalho juvenil fazem-se necessárias, mas para a proposição e implementação de políticas, exige-se que se conheça, em profundidade, a natureza e a dimensão das “juventudes”. Dessa forma, não se pode esquecer que o aumento do uso do trabalho juvenil, traz subjacente as atrocidades do capital em sua expansão acumulativa e a transformação das suas formas de absorção do trabalho.

Segundo Pochmann (1998), as políticas de emprego transformam-se em políticas de mercado que se materializam em um conjunto de intervenções de caráter provisório. Por conseguinte, essas políticas além de estarem focalizadas em segmentos específicos da oferta e da demanda de trabalho, também se apresentam como mecanismos direcionados para a flexibilização das relações de trabalho.

Além disso, não podemos perder de vista que os fundamentos que norteiam a sociedade capitalista são fundamentalmente perversos no tocante aos aspectos sociais. Desse modo, a adoção de uma legislação doméstica, subalterna aos ditames do capital global e à lógica do mercado, além de implicar o desmantelamento dos direitos trabalhistas, também corrobora para a produção e reprodução das desigualdades.

Assim, no tocante ao espectro socioeconômico, o processo de reestruturação produtiva e a introdução de novas tecnologias constituem um novo desafio para os jovens. A atual forma de organização da produção se traduz por ser ao mesmo tempo dependente de mão-de-obra e demandante de maior capacitação e experiência profissional de jovens rumo ao emprego. Todas essas prerrogativas engendram barreiras à contratação de mão-de-obra juvenil, resultando no adiamento da formação de novos núcleos familiares e prolongando o período de dependência financeira em relação aos genitores.

Assim, a construção ideopolítica do empreendedorismo e da empregabilidade contribui para que o trabalhador não se perceba enquanto sujeito coletivo, capaz de lutar por direitos e por dignidade. Promove assim a desmobilização e a dificuldade de organização dos sujeitos enquanto classe, ficando à mercê do individualismo próprio da ordem social burguesa (VASAPOLLO, 2005)

Dentre os que estão mais vulneráveis, podemos destacar justamente os jovens, uma vez que a redução dos postos de trabalho, a partir do desenvolvimento tecnológico e intensificação da produtividade do trabalho destinam esta geração a engrossar as estatísticas do desemprego, sendo, concomitantemente, bombardeada pelos discursos e iniciativas voltadas para o empreendedorismo e empregabilidade.

Neste cenário, não podemos perder de vista que as questões relativas ao desemprego juvenil e às alterações nos moldes de inserção ocupacional estão associadas às agudas desigualdades das condições materiais de existência entre os jovens. Este quadro contribui, inclusive, para que esses jovens tenham uma

[...] entrada antecipada no mercado de trabalho, antes mesmo dos 15 anos; não conclusão dos estudos; constituição familiar prematura; trabalho e estudos simultâneos.[...] Esses aspectos são facilmente identificáveis na parcela mais pauperizada da sociedade e são exatamente essas características que não mais permitem fixar a fase juvenil nos moldes tradicionais. (VELASCO, 2006. p. 191)

Em função do exposto, observa-se também que as políticas sociais voltadas à juventude não conseguem reverter esta situação, ao passo em que são formulados programas/projetos isolados e políticas setoriais que não atendem satisfatoriamente a diversidade que permeia esta temática, bem como não se propõe a adoção de uma perspectiva universalista ou até mesmo a implementação de uma avaliação sistemática, que aborde pelo menos: o compromisso dos atores institucionais, demanda, cobertura, elegibilidade, acesso, acompanhamento dos egressos, infraestrutura, adequação das atividades e, principalmente, o desenvolvimento sistemático do protagonismo juvenil. Ao passo em que o discurso neoliberal ocupa lugar de destaque nas práticas cotidianas e no espaço-tempo das múltiplas juventudes.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, M. M. T. **O apoio aos pequenos empreendimentos econômicos: alternativa ao desemprego ou subordinação do trabalho assalariado no Brasil?** Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

ALMEIDA, E. P.; PEREIRA, R. S. **Críticas à teoria do capital humano: uma contribuição à análise de políticas públicas em educação.** In: *Revista V.01* Nº 015 Jun/Dez - 2000. UFMT. <http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev15/AlmeidaPereira.html>, acesso em 10/01/2008.

ANDRIOLI, Antônio I. **As políticas educacionais no contexto do neoliberalismo.** Salvador: Cadernos CEAS. v. 190, 2000. P. 47-56.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Juventude e trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas.** In: **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. 129-174.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

CAMARANO, Ana Amélia. **Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros.** Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CAMARANO, Ana Amélia (org); MELLO, Juliana Leitão e. **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?.** Rio de Janeiro: IPEA, 2006. 13-27.

FILGUEIRAS, Luiz A. M. **A desestruturação do mundo do trabalho e o mal-estar desse fim de século.** Salvador: Cadernos CEAS. v.171, 1997. p. 9-29.

DRUCK, Graça; FILGUEIRAS, Luiz. **Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula.** Florianópolis: Revista Katál.v.10, p.24-34, jan-jun 2007.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. **Trajetórias inseguras, autonomização incerta: os jovens e o trabalho em mercados sob intensas transições ocupacionais.** In: **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006. p. 171-195.

HOBBSAWM, E. J. **A Era dos extremos: o breve século XX.** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 6 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

KUENZER, A. **Por que investigar a relação entre educação e trabalho no Brasil? In: O trabalho como princípio educativo.** São Paulo: Cortez, 2001.

MESQUITA, Marcos Roberto. **O desemprego dos jovens e as políticas públicas no Brasil pós 1990.** Campinas: UNICAMP, 2006 (Dissertação de Mestrado IFCH/UNICAMP).

POCHMANN, Márcio. **O Emprego na globalização.** São Paulo: Boitempo, 2001.

SOUZA, D. B. **Trabalho e Educação: centrais sindicais e reestruturação produtiva no Brasil.** Rio de Janeiro: Quartet, 1999.

VASAPOLLO, L. **O trabalho atípico e a precariedade.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

VELASCO, Erivã G. **Juventudes e políticas públicas de trabalho: a qualificação profissional e a tensão entre a preferência e individualização.** São Paulo: Cortez, 2006. p. 187-201.